

# *Médico é contra mudar hospitais*

Brasília — O diretor da Divisão Nacional de Saúde Mental, Alberto Magalhães, disse, ontem, que discorda da transferência dos nove hospitais, mantidos no Rio pelo Ministério da Saúde — para o INPS ou Secretaria Estadual de Saúde — porque "não será essa medida que resolverá o problema do doente mental no Brasil, estigmatizado por parentes, pela sociedade e outros condicionantes."

Para ele, a família precisa ser esclarecida sobre a importância do encaminhamento do paciente logo aos primeiros sintomas, quando o tratamento ambulatorial é suficiente, na maioria dos casos. Quando ocorre o contrário, o internamento é inevitável e, depois, o doente tem dificuldades em retornar à vida normal. Na Colônia Juliano Moreira, no Rio, existem pessoas que estão internadas há 20 anos.

Embora dirija o órgão que, a rigor, deveria fazer a exposição sobre as normas de saúde mental, esse encargo foi

transferido ao assessor especial da Secretaria Nacional de Ações Básicas, Josiceli de Freitas, que elaborou e pôs em execução o Programa Integrado de Saúde Mental, e, ontem, falou sobre ele, na 6a. Conferência Nacional de Saúde. O Sr Alberto Magalhães nem foi informado do programa oficial do encontro.

Segundo ele, o tratamento ambulatorial tem a vantagem de manter o paciente junto à família e ao seu meio social. Reconhece, porém, que esse sistema não está sendo executado pelos órgãos federais e estaduais de Saúde e que a assistência prestada é ruim, por falta de especialistas e por causa da deformação do atendimento.

Disse, também, que a tendência atual é caracterizar como doente mental as pessoas que apresentam ligeira crise psicopatológica, rotulação que só deve ser feita após um histórico psiquiátrico que avalie o quadro nosológico e a necessidade de internação, para observação e exames complementares.